



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 - UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

NÍVEL E (Nível Superior)
ARQUITETO E URBANISTA

28 de agosto de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Pode uma mulher governar?

Por Carla Rodrigues

1 Pode o subalterno falar? Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak* num ato performativo
2 em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um
3 importante debate sobre pós-colonialismo e gênero. Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil,
4 em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher
5 governar?” – para, com Spivak, responder não. [...]

6 No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou “Backlash”**, livro
7 em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista
8 desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver “She’s beautiful when she’s
9 angry”***, documentário em cartaz no Netflix). O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a
10 famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma
11 superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um
12 movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.

13 A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças
14 ativas e reativas. Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista
15 semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos
16 que nos fariam voltar alguns séculos ao passado. Beleza para agradar o marido, comportamento
17 domesticável, em ambiente familiar e caseiro. A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito
18 parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os
19 retrocessos na sociedade norte-americana.

20 Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso “backlash” está no
21 fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas. Apesar de anos de luta, o
22 movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto. Pequenas conquistas,
23 como o fim da obrigatoriedade do registro de boletim de ocorrência para interrupção de gravidez em
24 caso de estupro, estão ameaçadas pela ação danosa do deputado Eduardo Cunha. No âmbito
25 estadual, foi preciso uma grande mobilização para impedir a aprovação de uma lei que obrigaria
26 profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro a notificar a polícia sempre que uma mulher
27 chegasse a um hospital com complicações pós-aborto.

28 Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque
29 desde o início do seu primeiro mandato. Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino
30 e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”.
31 De certa forma, é como se sua figura austera tivesse encarnado a abjeção da sociedade brasileira em
32 relação a uma mulher no poder. Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher
33 governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. Talvez tenha
34 sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. Talvez por isso estejamos
35 enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram
36 o poder.

Gaiatri Spivak: crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo *Can the Subaltern Speak?* (*Pode o subalterno falar?*), considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo

** **Backlash** = retrocesso

*** **She’s beautiful when she’s angry** = Ela é bonita quando está com raiva

Disponível em <http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/>.
Acessado em 24 de maio de 2016. (Texto adaptado)

1 Em **Pode uma mulher governar?**, Carla Rodrigues argumenta em favor da tese de que

- (A) às pessoas subalternas não é dado o direito de expressão.
- (B) a sociedade latino-americana é especialmente machista.
- (C) as mulheres não são capacitadas para governar.
- (D) mulheres diplomadas raramente se casam.
- (E) mulheres poderosas enfrentam fortes reações.

- 2 No segundo parágrafo do texto, a autora menciona Susan Faludi, para quem
- (A) o movimento feminista ganhou força nos anos 60.
 - (B) as revistas femininas repelem o movimento feminista.
 - (C) a revista Newsweek veiculava conteúdo machista.
 - (D) o retrocesso da causa feminista é perceptível há décadas.
 - (E) a função da mulher é administrar sua casa.
- 3 No terceiro parágrafo, Carla Rodrigues
- (A) destaca a reação à campanha #belarecatadaedolar.
 - (B) critica o perfil da esposa do presidente interino.
 - (C) valoriza o estereótipo da presidente afastada.
 - (D) critica a motivação da campanha #belarecatadaedolar.
 - (E) compara matérias veiculadas em diferentes épocas.
- 4 Na opinião da autora do texto,
- (A) Dilma não atende ao estereótipo feminino socialmente aceito.
 - (B) o aborto deve ser legalizado para o bem das mulheres.
 - (C) as reações são desproporcionais aos avanços feministas.
 - (D) os casos de complicações pós-aborto não devem ser notificados.
 - (E) a atuação de Eduardo Cunha prejudica as mulheres.
- 5 A autora empregou linguagem coloquial em
- (A) “Não, responde a filósofa indiana Gaiatri Spivak num ato performativo em que, ao dizer não, já está problematizando a interdição da voz subalterna e dando início a um importante debate sobre pós-colonialismo e gênero.” (linhas 1 a 3)
 - (B) “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12)
 - (C) “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
 - (D) “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
 - (E) “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)
- 6 Em “O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que, aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de ‘volta ao fogão’, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa.” (linhas 9 a 12), a palavra *batida* é sinônimo de
- (A) *insistente*.
 - (B) *antiquada*.
 - (C) *decadente*.
 - (D) *desgastada*.
 - (E) *cansada*.

7 A autora poderia ter empregado dois pontos entre os períodos

- (A) “Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos que nos fariam voltar alguns séculos ao passado.” (linhas 14 a 16) e “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17)
- (B) “Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro.” (linhas 16 e 17) e “A reportagem fez eclodir um tipo de revolta muito parecida com as manifestações de repúdio ao texto da Newsweek que motivou Faludi a perceber os retrocessos na sociedade norte-americana.” (linhas 17 a 19)
- (C) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21) e “Apesar de anos de luta, o movimento de mulheres ainda não conseguiu a descriminalização do aborto.” (linhas 21 e 22)
- (D) “Neste contexto de pequenas conquistas e grandes retrocessos, Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato.” (linhas 28 e 29) e “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)
- (E) “Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o ‘crime’ cometido pela presidenta.” (linhas 33 e 34) e “Talvez por isso estejamos enfrentando esse retrocesso perturbador com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder.” (linhas 34 a 36)

8 As aspas indicam ironia em

- (A) *Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – “pode uma mulher governar?” – para, com Spivak, responder não. [...] (linhas 3 a 5)*
- (B) *O diagnóstico de Faludi passa por capas de revista – a famosa edição da Newsweek que, em 1986, informava que aos 35 anos, uma mulher com diploma superior teria apenas 5% de chance de casar –, e pela percepção de que estaria em curso um movimento de “volta ao fogão”, na já batida estratégia de que lugar de mulher é em casa. (linhas 9 a 12)*
- (C) *Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”. (linhas 29 e 30)*
- (D) *Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. (linhas 32 e 33)*
- (E) *Talvez tenha sido, aos olhos de muitos, esse o “crime” cometido pela presidenta. (linhas 33 e 34)*

9 O discurso direto ocorre em

- (A) “Para pensar os retrocessos de gênero no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, faço uma analogia a esta pergunta – ‘pode uma mulher governar?’ – para, com Spivak, responder não.” (linhas 3 a 5)
- (B) “No início dos anos 1990, a feminista norte-americana Susan Faludi publicou ‘Backlash’, livro em que identificava as inúmeras formas de retrocesso em relação aos avanços no campo feminista desde os anos 1960 (para uma excelente recuperação desta história, ver ‘She’s beautiful when she’s angry’, documentário em cartaz no Netflix).” (linhas 6 a 9)
- (C) “A recente campanha #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças ativas e reativas.” (linhas 13 e 14)
- (D) “Penso que, no caso do Brasil e da América Latina, o mais grave do nosso ‘backlash’ está no fato de que mesmo os mínimos avanços produzem reações muito violentas.” (linhas 20 e 21)
- (E) “Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como ‘jararaca’.” (linhas 29 e 30)

10 Em “Insistentemente, ela buscou responder ‘sim, pode uma mulher governar’, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder.” (linhas 32 e 33), a conjunção e expressa

- (A) explicação.
- (B) condição.
- (C) oposição.
- (D) causa.
- (E) concessão.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Preconiza a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a posse dar-se-á
- (A) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (B) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
 - (C) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (D) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os deveres, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
 - (E) pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, somente.
- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá, para quitar o débito, o prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) quarenta dias.
 - (C) noventa dias.
 - (D) sessenta dias.
 - (E) quarenta e cinco dias.
- 13 Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais
- (A) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias; VII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VIII - gratificação por encargo de curso ou concurso.
 - (B) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (C) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.
 - (D) I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; II - gratificação natalina; III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário; V - adicional noturno; VI - adicional de férias, unicamente.
 - (E) I - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; II - adicional pela prestação de serviço extraordinário; III - adicional noturno; IV - adicional de férias; V - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho; e VI - gratificação por encargo de curso ou concurso, unicamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 14 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a demissão será aplicada nos seguintes casos
- (A) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (B) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (C) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.
 - (D) I - crime contra a administração pública; II - improbidade administrativa; III - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; IV - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; V - aplicação irregular de dinheiros públicos; VI - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
 - (E) I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - corrupção; IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; X - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117, somente.
- 15 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar:
- (A) o substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a sessenta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.
 - (B) remoção é o deslocamento do servidor, que poderá ser somente de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sem a necessidade de prévia apreciação do órgão central do SIPEC.
 - (D) a vacância do cargo público decorrerá única e exclusivamente de: exoneração; demissão; e aposentadoria.
 - (E) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível; e a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 16 De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, dentre outros deveres do servidor público, podemos afirmar que são deveres fundamentais:
- (A) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, sem a obrigação de exigir as providências cabíveis; cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, sem a obrigação de obedecer critério, segurança e rapidez; não exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos; divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, sem estimular o seu integral cumprimento.
 - (B) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, sem a obrigação de evitar dano moral ao usuário; ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, sem o dever de respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social; resistir com limitações de quaisquer servidores e de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, sem a obrigação de denunciá-las.
 - (C) não facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito; não participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; não abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei; não zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, sem a obrigação de seguir os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
 - (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
 - (E) retardar, sempre que possível, qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ter consciência de que seu trabalho não é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; apresentar-se ao trabalho com vestimentas não necessariamente adequadas ao exercício da função; manter-se atualizado, sem obrigação com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 17 Em conformidade com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outros princípios e diretrizes, a gestão dos cargos do plano de carreira observará:
- (A) I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; III - qualidade do processo de trabalho; VII - desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (B) I - demandas institucionais; II - proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III - inovações tecnológicas; e IV - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) I - plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II - padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
 - (D) I - nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; II - cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.
 - (E) I - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; II - modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição; III - ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Nesse decreto, entende-se por:
- (A) I - eventos de capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - gestão por competência: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (B) I - capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (C) I - gestão por competência: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; II - eventos de capacitação: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e III - capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (D) I - capacitação: incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho; II - gestão por competência: incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal; estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional; III - eventos de capacitação: considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si; oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.
 - (E) I - capacitação: promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; II - eventos de capacitação: incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades; III - gestão por competência: avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação; elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outros objetivos, o referido decreto instituiu o Programa de Avaliação de Desempenho que terá por finalidade promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade. O resultado do referido programa deverá:
- (A) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (B) I - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (C) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; III - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e IV - aferir o mérito para progressão, única e exclusivamente.
 - (D) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; e IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional, única e exclusivamente.
 - (E) I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE; II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e V - aferir o mérito para progressão.
- 20 O Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Uma das finalidades do referido decreto foi a criação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de
- (A) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordená-las sem a obrigação de avaliar a execução dessas ações.
 - (B) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem o dever de coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (C) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações.
 - (D) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, sem a obrigação de coordenar, devendo avaliar a execução dessas ações.
 - (E) formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, única e exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Segundo a Lei Federal n.º 8.666/1993 (*Lei de Licitações e alterações*), e modificações posteriores, podem ser considerados *Serviços Técnicos Profissionais Especializados* certos tipos de trabalho, sempre relativos a atividades profissionais especializadas, não raro de nível acadêmico superior. Assinale a alternativa correta que possua apenas *Serviços Técnicos Profissionais Especializados*, conforme a referida Lei.
- (A) Aquisição especializada de itens para instituição pública, em trabalho de analista de compras.
 - (B) Formação acadêmica, gerando titulação ou atribuição profissional prevista em lei vigente.
 - (C) Auditoria contábil, produzindo laudo técnico de profissional habilitado e subsídio para ação judicial.
 - (D) Fiscalização de obra pública, exercida por profissional habilitado mediante contrato de prestação de serviços.
 - (E) Atividade de restauro de bens culturais e/ou obras de arte, desempenhada de modo especializado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 22 Há casos em que a Lei Federal n.º 8.666/1993 (*Lei de Licitações* e alterações) prevê rescisão contratual. Consultando as alternativas a seguir, marque aquela que contém situação em que se pode rescindir contrato conforme esta Lei.
- (A) Comprovação de irregularidade do perfil da contratada, apurada quando da expedição da ordem de serviço.
 - (B) Condenação penal da contratada, configurando crime contra a administração pública e impossibilidade de contratação.
 - (C) Terceirização de obra ou serviço desconforme com o negociado nas Consolidações das Leis do Trabalho (CLT).
 - (D) Supressão por parte da Administração, de obras ou serviços, acarretando alteração de valor inicial do contrato.
 - (E) Condenação em segunda instância da contratada ou prisão de sócios-diretores e irregularidade administrativa.
- 23 Há algumas décadas, nas profissões diretamente relacionadas à Construção Civil (as Engenharias, as técnicas de Edificações, a Arquitetura, o Urbanismo, a Agronomia, dentre outras), discute-se e aplica-se o gerenciamento de obras civis. Nessa especialidade, o leiaute de canteiro de obras é relevante. Pensando em padrões atuais dessa área, conforme diretrizes vigentes no Brasil, marque a afirmativa correta.
- (A) O leiaute do canteiro de obras inclui um quadro com escala de trabalho, em diferentes jornadas e turnos, somando encargos trabalhistas excessivos no Brasil.
 - (B) Locais de armazenamento de materiais fazem parte do planejamento, mas sua importância no leiaute faz parte da logística da obra, fugindo, portanto, ao gerenciamento.
 - (C) O planejamento de canteiro de obras é basicamente um fluxograma de atividades sequenciais de construção, instalação e/ou manutenção, desenhado espacialmente.
 - (D) O projeto ou os elementos estruturais existentes na obra, em caso de reforma, não costumam fazer parte do planejamento do canteiro por questões de segurança.
 - (E) Fazem parte, usualmente, das etapas de planejamento e leiaute do canteiro de obras, elementos como os acessos de carga e pessoal, equipamentos e oficinas.
- 24 Sobre a locação e pré-dimensionamento de vigas, lajes e pilares, marque a afirmativa correta.
- (A) Balanços em estrutura, projetados nas extremidades de alinhamento de vigas, desde que minoritários em comprimento, provocam redução do momento fletor da viga, reduzindo seção de pilares.
 - (B) Ligeiras descontinuidades nos alinhamentos estruturais de pilares não representam incrementos significativos de esforços na estrutura caso se prevejam apoios intermediários de viga sobre viga.
 - (C) No sistema tríptico, não há vantagens estruturais em relegar uma extremidade ou trecho terminal de viga em balanço, situado(a) após ou antes dos apoios verticais de pilares sob a viga.
 - (D) Vãos muito diferentes entre pilares, com diferença de mais de 40%, provocam sobrecarga a ponto de atingir na curva de esforços um ponto de cisalhamento ao longo do eixo da viga.
 - (E) Cálculo estrutural já sistematizado aponta que o vão médio entre pilares, para edificações entre pequeno e médio portes, deve ficar entre 5 e 7 metros, com variação de até 35% entre vãos.
- 25 Para estimar as condições de drenagem de um bolsão de estacionamento de pequeno porte, pavimentado com blocos de concreto ciclópico, de 400 m² de área, 20 vagas para carros de passeio, considerando as condições de Belém-PA, marque a afirmativa correta.
- (A) Tomando por base uma chuva excepcional de 150 mm, própria de Belém, a lâmina d'água a ser drenada teria volume de 60 m³, preferencialmente com declividade de pavimento em torno de 0,5% e uma boca-de-lobo, com um sentido de escoamento.
 - (B) Considerando chuva média diária de 70 mm, sem excepcionalidade para Belém, esse tipo de pavimentação faz necessária a aplicação de declividade de 5%, para acelerar o escoamento, sem sacrificar a inclinação lateral do *greide* da pista para os veículos.
 - (C) Considerando chuva média diária de 70 mm, sem excepcionalidade para Belém, esse tipo de pavimentação faz necessária a aplicação de declividade de 7,5%, para acelerar o escoamento, sem sacrificar a inclinação lateral do *greide* da pista para os veículos.
 - (D) Chuvas entre 150 mm e 70 mm seriam toleráveis para estimativa do volume a drenar, mas o leito carroçável do estacionamento deve possuir mínimo de três sentidos de inclinação e guia de drenagem de 10 cm de altura para volume entre 45 m³ e 28 m³.
 - (E) Tomando por base uma chuva excepcional de 150 mm, própria de Belém, a lâmina d'água a ser drenada teria volume de 60 m³, preferencialmente com declividade de pavimento em torno de 2,0% e bocas-de-lobo, com dois sentidos de escoamento.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 26 Considerando recomendações técnicas e de caráter normativo, brasileiras, referentes à ergonomia em postos de trabalho para homens e mulheres, marque a afirmativa correta quanto ao trabalho em posição em pé e sentada.
- (A) Altura mínima da superfície de assento para trabalho sentado, leve, em média, deve ser de 320 mm, de modo a garantir coerência com a estatura média de indivíduos brasileiros, seguindo a proporção recomendada por Grandjean.
 - (B) O trabalho em pé deve estar próximo da altura de dobra de braço e antebraço, portanto, preferencialmente na faixa entre 110 e 120 mm acima do piso da tarefa, condição raramente projetada, mas que produz alívio e aumenta produtividade.
 - (C) Bancada para trabalho leve em pé pode estar situada entre 95 cm e 85 cm de altura do piso sobre o qual se desempenha a tarefa, variando para os valores mais altos nessa faixa para homens e valores mais baixos da faixa para mulheres.
 - (D) Não há condições em que se recomende o trabalho em pé; ele só é admitido em condições excepcionais e gera danos ortopédicos ao trabalhador, salvo em turnos com tempo de descanso sentado equivalente à jornada em pé.
 - (E) O trabalho sentado demanda controle de inclinação de assento e encosto; a angulação de abertura entre assento e encosto deve ser entre 85° e 95°, preferindo-se inclinação até 90°, para adequação natural de postura.
- 27 Ao dimensionar a capacidade de lugares em uma arquibancada para um pequeno anfiteatro ao ar livre, o projeto de Arquitetura deve trabalhar com dimensões médias conforme condições particulares do projeto. Pensando nessa condição, e em arquibancada com capacidade, em cada nível de degrau, para uma pessoa sentada, na frente, e outra em pé, atrás dessa, marque a afirmativa correta.
- (A) O espelho da arquibancada deve ter altura entre 30 cm e 36 cm, com profundidade de piso de cada degrau/assento de 60 cm. Para cada 36 cm de perímetro de degrau considera-se uma vaga de assento.
 - (B) O espelho da arquibancada deve ter altura entre 19 cm e 27 cm, com profundidade de piso de cada degrau/assento de 45 cm, conforme fórmula de Blondel; considera-se uma vaga de assento por 42 cm de perímetro.
 - (C) O espelho da arquibancada garante visualização com altura de 48 cm e profundidade de piso de 58 cm para acomodação sentado e em pé, simultaneamente; o ângulo ideal da arquibancada fica em torno de 30° em média.
 - (D) O espelho da arquibancada garante visualização com altura de 27 cm e profundidade de piso de 54 cm para acomodação sentado e em pé, simultaneamente; o diâmetro de abertura dos assentos deve ser de 12 metros.
 - (E) O espelho da arquibancada deve ter altura de 42 cm a 45 cm, com profundidade de piso de cada degrau/assento de 65 a 75 cm. Para cada 45 cm de perímetro de degrau considera-se uma vaga de assento.
- 28 Pensando no desempenho cognitivo da forma, para sua apreensão e obtenção de determinados efeitos sensoriais pretendidos pelo projetista, marque a afirmativa correta.
- (A) Os azuis e verdes em temperaturas médias de luminosidade da cor comportam-se como cores estabilizadoras, que excitam a visão e retêm atenção prologada e moderadamente.
 - (B) Formas verticais costumam ser mais impactantes e produzem observação do todo mais rapidamente do que formas horizontais, sobretudo em proporção largura/altura superior a 1:3.
 - (C) A estabilidade, maior duração e percepção do todo ocorre mais eficientemente em formas horizontais de proporções altura/largura em torno de 1:1,5, próxima da chamada proporção áurea.
 - (D) A estabilidade, maior duração e percepção do todo ocorre mais eficientemente em formas horizontais de proporções altura/largura em torno de 1:3, próxima da chamada proporção áurea.
 - (E) Amarelos e laranjas, apesar de excitantes, permitem a retenção visual por tempo prolongado, sobretudo quando em uso combinado com composição por afinidade, com róseos e marrons.
- 29 O índice PEI é usado internacionalmente para classificar cerâmicas conforme resistência superficial mecânica e à abrasividade. Sobre esse tópico, leia as afirmativas a seguir e marque a correta.
- (A) Cerâmica PEI-1 pode ser considerada utilizável em banheiros residenciais.
 - (B) Cerâmica PEI-2, resistência média, pode ser aplicada em pequenos pisos ao tempo.
 - (C) Cerâmica PEI-4 destina-se a altíssimo tráfego de veículos, como em aeroportos.
 - (D) Cerâmica PEI-5 é usada em piscinas, exclusivamente, pela característica molhada.
 - (E) Cerâmica PEI-3 destina-se a aplicações intermediárias de ataque químico pontual.

30 Sobre tecnologias de iluminação pública, marque a afirmativa correta.

- (A) O LED ainda não se mostra viável economicamente devido a seu alto custo inicial; destina-se a iluminação residencial e cênica.
- (B) Iluminação PL, eletrônica, mostra boa relação custo-benefício para iluminação de logradouro, como em passeios públicos.
- (C) Para iluminação de logradouros, como praças, lâmpadas de vapor de mercúrio associam baixo consumo, luz fria e estável.
- (D) Iluminação em LED já possui condições de especificação para logradouro e passeio públicos, embora possua custo inicial mais elevado.
- (E) Iluminação halógena é ideal para iluminação de passeio público, a 6 m de altura, tendo baixo consumo e luz fria e estável.

31 Considere o texto a seguir para responder a questão

Projetar equipamentos educacionais pressupõe considerar que se trata de obra pública, o que implica equacionar a boa técnica à racionalização de recursos públicos e ao atendimento das solicitações e diretrizes legais pertinentes. Assim, a primeira atividade do arquiteto contratado para elaborar o projeto de um equipamento educacional, será conhecer o local da implantação. Nesta visita, sobretudo, seu olhar deverá apreender a conformação física do terreno e as características do entorno, procurando vislumbrar in loco o partido que permita implantação compatível àquele terreno e por isto demande o menor movimento de terra, mas que também qualifique o tecido urbano pela inserção do edifício escolar. Pela sua escala e tipologia de referência urbana, o prédio deverá apresentar identidade de obra pública e estabelecer um diálogo respeitoso com as edificações do entorno, despertando na comunidade o senso de pertencimento.

Fonte: http://catalogotecnico.fde.sp.gov.br/meu_site/AP%20Download/normas_arquitetura.pdf.

Considerando o texto acima, constituem-se diretrizes corretas no desenvolvimento de projetos de equipamentos educacionais:

- (A) elaborar o projeto de acordo com os preceitos da coordenação modular; evitando utilizar modulação única em todo o projeto.
- (B) prever dois acessos principais à escola: o de público, e o de alunos, garantindo ao público externo acesso simultâneo à administração (secretaria, diretoria, coordenador) e ao restante da escola.
- (C) considerar a previsão de ampliação futura ao local e dimensionar escadas, rampas e elevadores, liberando a circulação para o acoplamento a novo bloco em continuidade ao existente.
- (D) utilizar ao máximo a necessidade de muros de arrimo e maximizar gastos com movimento de terra, reduzindo as áreas de intervenção, empréstimos e/ou botafora, pela compensação dos volumes de corte e aterro.
- (E) projetar elementos de proteção contra a radiação solar direta que se constituam na melhor relação sombreamento x luminosidade resultantes de sua inserção, não incorporados a estrutura nem a elementos de fechamentos como esquadrias e vedações.

32 Na execução de projetos arquitetônicos em áreas adensadas de Marabá, é correto afirmar quanto a necessidade de observação do entorno do lote a ser inserido o projeto:

- (A) para a implantação no terreno, verificar se ocorrem alagamentos, seja por meio de hipsometria, ou mesmo com os moradores da região visando observar o comportamento hídrico de rios ou igarapés e suas respectivas margens.
- (B) para a escolha do lote, analisar o volume de tráfego de vias circundantes visando a locação de muros de arrimo caso sejam necessários como forma de minimizar movimentos de terra no acesso à edificação.
- (C) para o planejamento da construção, observar o gabarito de altura das edificações vizinhas visando garantir a possibilidade de acesso viário para fornecimento de grandes elementos construtivos ou equipamentos (peças em concreto pré-moldado, guias, guindastes, etc).
- (D) para licenciamento ambiental, identificar e registrar as características do entorno e intervenientes no projeto referentes a situações agravantes de riscos ambientais que inviabilizem o projeto, tais como: ruído de fundo, sombreamento dos próprios edifícios existentes dentro do lote, no caso das ampliações ou nos edifícios do entorno e obstáculos ao vento.
- (E) para a ligação de abastecimento de água, identificar visualmente os dados do levantamento planialtimétrico e indicar discrepâncias com o partido geral, inclusive relativos à vegetação existente no terreno ou calçadas, notadamente no que se refere ao diâmetro e localização de árvores.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 33 A distinção entre o desenvolvimento de projetos executivos e as demais etapas de elaboração de projetos arquitetônicos (estudos preliminares, anteprojetos e projetos básicos) suscita questões metodológicas, legais e tecnológicas. Para as primeiras, concorre fundamentalmente a necessidade da reunião de informações e crescentemente do processamento formal e funcional pelo projetista. As demais questões correspondem ao produto final composto por peças gráficas, memoriais e relatórios. Considerando a conjugação dos três grupos de questões acima citados, é correto afirmar:
- (A) os anteprojetos, em detrimento de projetos executivos, são documentos legais necessários para atestar a responsabilidade técnica pelo órgão de classe.
 - (B) o projeto executivo é a etapa na qual a concepção arquitetônica formal é relacionada à escolha das técnicas construtivas corretas e as especificações de materiais nos edifícios.
 - (C) o projeto executivo é intermediário entre a concepção do projeto e o projeto básico para licitação pelo serviço público no caso de edificações educacionais.
 - (D) o projeto básico reúne as informações necessárias para a contratação de obras públicas por reunir em seu escopo elementos suficientes para o orçamento e o detalhamento posterior do projeto.
 - (E) os projetos básicos são requisito tecnológico independente da questão legal associada à contratação de projetos de arquitetura pelo poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal.
- 34 A necessidade de compatibilização entre projetos arquitetônicos e estruturais é uma exigência para a perfeita execução de projetos arquitetônicos no âmbito do poder público. Quanto à compatibilização de peças gráficas concernentes a fabricação, armação e instalação de peças estruturais, tais como pilares, vigas e peças de cobertura ao com os desenhos, é correto afirmar:
- (A) a identificação de alturas de vigamentos e lajes indicadas no projeto estrutural é feita em cortes do projeto arquitetônico.
 - (B) o madeiramento da cobertura mostrado no projeto estrutural é indicado no projeto arquitetônico na planta baixa do pavimento térreo.
 - (C) as cargas calculadas para a definição do projeto estrutural são indicadas no projeto arquitetônico pela localização e identificação de pilares.
 - (D) o detalhamento das peças de montagem de coberturas metálicas é indicado nos cortes do projeto arquitetônico na mesma escala em que é desenhado o detalhamento do projeto estrutural.
 - (E) os encaixes necessários para a armação de esquadrias detalhados nos projetos arquitetônicos constituem-se partes componentes do projeto de estrutura devido aos esforços que são demandados para seu funcionamento.
- 35 O desenvolvimento de projetos arquitetônicos pressupõe o atendimento a um conjunto de necessidades de usuários, organizadas por Reis (2011) em três categorias, a saber: a) saúde, segurança; b) funcionalidade, eficiência, economia, conforto; e c) qualidade estética, satisfação psicológica, social, organizacional e cultural, comparáveis aos “determinantes da forma” de acordo com o arquiteto e engenheiro romano Marcus Vitruvius Pollio (90-20 a.C.): solidez construtiva ou firmeza (firmitas); função, utilidade ou conveniência (utilitas); e beleza ou encanto (venustas). (REIS, A. Repertório, Análise e Síntese: uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011).
- Associando-se tais categorias às etapas de desenvolvimento de projetos de arquitetura, é correto afirmar:
- (A) na etapa de pré-dimensionamento de ambientes, pela natureza de pesquisa, há ênfase no determinante venustas devido aos requisitos estéticos da obra arquitetônica.
 - (B) na etapa do partido geral, privilegia-se o determinante firmitas, uma vez que a satisfação pelo conforto e eficiência é requisito desta etapa.
 - (C) o estudo preliminar guarda relação com os três determinantes: firmitas, utilitas e venustas por se constituir em etapa síntese de elaboração do projeto.
 - (D) o projeto executivo, por ser o mais completo do ponto de vista construtivo, associa-se ao determinante utilitas dissociado do determinante venustas.
 - (E) o projeto básico, por se tratar de exigência legal, não guarda relação com nenhum dos determinantes propostos pelo arquiteto romano.

- 36 A setorização de atividades na implantação de planos diretores de Universidades requer a observação da complementariedade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Trata-se da conjugação da responsabilidade da universidade pública perante à sociedade. Os usos do solo e as edificações associadas ao ensino, assim como laboratórios de pesquisa e o apoio a atividades de extensão devem estar especializados com coerência e racionalidade.

Campus Morro do Cruzeiro - Ouro Preto



Fonte: www.ufop.br

Tomando com exemplo, a planta do Campus Morro do Cruzeiro da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais é correto afirmar:

- (A) o partido geral privilegia um eixo central a partir do qual há simetria na distribuição de edificações com finalidades de ensino ao longo deste eixo culminando com as atividades de apoio para os estudantes.
- (B) o partido geral do campus conforma uma via de contorno com ortogonalidade proporcionando a locação de prédios tanto no seu interior como na periferia sem zoneamento rígido.
- (C) há forte centralidade no partido geral criada pelo acesso e a localização de quadra e residências estudantis (localmente denominadas de repúblicas da UFOP).
- (D) o partido geral conjuga-se à existência de um único acesso ao entorno, no caso o centro da cidade de Ouro Preto, o que demanda a localização concentrada de paradas de ônibus.
- (E) o partido geral demonstra a construção em etapas do campus e a instalação de blocos padronizados quanto à planta baixa e os acessos.

- 37 Leia o texto abaixo extraído do livro de Moretti sobre os custos das construções em projetos de assentamentos de interesse social:

O entendimento da estrutura de composição dos custos dos empreendimentos de interesse social é necessário para que se possa identificar os tópicos onde a otimização de gastos é mais significativa. Estudos de custos realizados sobre a produção da COHAB-SP até 1988, incluindo cerca de 57 mil unidades (das quais 47 mil apartamentos com área construída média de 42 m²), indicam que a edificação da unidade habitacional é o tópico mais relevante na composição de custos respondendo, nestes casos, por valores que variam de 62 a 64% do total. Além do custo da unidade, o total inclui as despesas com terreno, projeto, equipamentos comunitários e infraestrutura; já os gastos com infraestrutura (terraplenagem, urbanização, água, esgotos, drenagem e pavimentação) representam cerca de 20% do total, e a pavimentação é o item de maior peso, respondendo por metade destes gastos.

(MORETI, R. Normas urbanísticas para habitação de interesse social. Recomendações para elaboração. São Paulo: FINEP e IPT, 1997, p. 21-22).

Considerando os percentuais indicados é correto afirmar:

- (A) O peso do custo da unidade habitacional, a despeito da forma e da densidade empregadas, mantém-se inalterado tanto em tipologias horizontais como em tipologias verticais devido ao fato de tratar-se de conjuntos habitacionais de interesse social.
- (B) A incidência do percentual de custo de infraestrutura é maior nos projetos de conjuntos habitacionais de interesse social que adotam edificações unifamiliares proporcionalmente em relação a uma mesma gleba com edificações multifamiliares.
- (C) A quantidade de unidades e o tamanho da gleba influenciam o custo da pavimentação, sendo que os conjuntos com mais de 1.000 unidades habitacionais são preferíveis pela viabilidade de inserção urbana mais facilitada.
- (D) Os custos de implantação de ramais domésticos de redes internas de infraestrutura seguem os custos do sistema viário, principalmente em casos de emprego de soluções como esgoto condominial com a utilização de quintais para o escoamento de dejetos.
- (E) A densidade populacional de conjuntos habitacionais de interesse social não representa variável interveniente no desenho urbano dos mesmos, uma vez que a forma do assentamento é definida pelo sistema viário do conjunto.
- 38 Em projetos urbanísticos, o desenho do sistema viário se constitui no principal ordenador de acessibilidade e mobilidade, tanto para pedestres como para veículos. Merece destaque, na sua concepção, os parâmetros geométricos das interseções viárias e das curvas de concordância para que possam garantir distâncias mínimas de visibilidade para se garantir condições de segurança. Essas distâncias, por sua vez, são relacionadas à distância de parada dos veículos. Considerando a necessidade de garantir a segurança em vias projetadas em conjuntos habitacionais a serem inseridos na malha urbana preexistente, é correto afirmar:
- (A) A segurança nas vias locais é função da existência, ou não, de acesso aos lotes situados junto à via e da forma de estacionamento, no próprio lote, em bolsões coletivos ou no sistema viário.
- (B) As larguras das vias, sejam elas classificadas como coletoras, de acesso interbairros, ou classificadas como locais, de acesso intrabairro, são dimensionadas em novos projetos urbanísticos levando em consideração a densidade populacional dos assentamentos que têm acesso pela via.
- (C) A existência, ou não, de uso comercial, institucional e de serviços na via que está sendo projetada compete para a definição de raios de concordância horizontal visando garantir áreas de frenagem suficientes para a segurança de pedestres.
- (D) As soluções viárias mais eficientes do ponto de vista da segurança para pedestres e veículos depende de larguras compatíveis com a hierarquia da via e não com o arranjo do assentamento.
- (E) A concordância horizontal das pistas de rolamento e do alinhamento dos lotes, nas curvas e interseções, deve ser feita de forma a garantir distâncias de visibilidade inferiores às distâncias de parada para as velocidades de projeto das vias consideradas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

39 O estabelecimento de recuos das edificações em relação a edificações vizinhas e ao limite dos lotes nas vias públicas em projetos urbanísticos é uma medida necessária para evitar o confinamento provocado por gabaritos a partir de quatro pavimentos. Dentre as técnicas existentes de definição dos recuos, a mais usada relaciona a distância entre as edificações e o limite dos lotes com a altura máxima das edificações vizinhas.

Para que seja garantida uma ambiência compatível com a urbanidade nos assentamentos com tipologias verticais, é correto afirmar:

- (A) O tamanho do recuo entre prédios com empenas cegas é função da largura da maior dimensão dos blocos situados em lotes com aclives em relação ao nível da rua.
- (B) O tamanho do recuo entre dois prédios de um conjunto habitacional deve ser obtido pelo ângulo de incidência de insolação no último pavimento dos dois prédios.
- (C) O tamanho do recuo entre dois prédios de um conjunto habitacional deve ser calculado de forma a garantir ângulo de visualização da altura total da edificação vizinha no primeiro pavimento do prédio de referência.
- (D) O tamanho do recuo no interior de lotes com tipologias unifamiliares é calculado em função do volume de tráfego em vias coletoras, o mesmo princípio aplicado para tipologias unifamiliares.
- (E) O tamanho do recuo no interior de lotes é função do aproveitamento do lote considerando o número de vezes que a área do lote irá ser multiplicada.

40 A amenização dos efeitos do clima quente e úmido no domínio climático do estado do Pará exige medidas que possam atenuar os efeitos da alta temperatura e alta umidade nos ambientes urbanos. Para isso, o melhor aproveitamento das baixas velocidades de ventos no tecido urbano se constitui imperativo de fundamental importância. Em projetos de campi universitários, a distribuição de massa edificada e densidade construtiva necessita ser feita com arranjos capazes de diminuir a sensação de calor irradiado e a conjugação dos efeitos amenizadores das sombras e do vento contra a umidade excessiva. Assim, é correto afirmar quanto ao arranjo espacial de um campus universitário em uma cidade localizada na Amazônia:

- (A) os caminhos devem ser protegidos por passarelas cobertas, distribuídas entre edifícios que tenham fachadas permeáveis por meio de dispositivos que retenham o calor durante o dia para dissipar durante a noite.
- (B) Os edifícios devem manter afastamentos compatíveis com suas alturas e beirais generosos para garantir que o vento penetre nos prédios e nos caminhamentos protegidos por tais beiras.
- (C) os espaços livres devem ser sombreados por vegetação de porte alto e entremeados entre as edificações soltas no terreno como forma de garantir a circulação de ventos e diminuir o calor retido nas edificações.
- (D) A distribuição de edifícios no campus se constitui elemento amenizador dos efeitos do calor e da umidade na medida em que aumentam os efeitos de amenização dos dispositivos de proteção de fachadas.
- (E) A permeabilidade do solo por meio de material de pavimentação com baixa percolação de água da chuva garantirá que os espaços livres funcionem como dispositivos de aumento da velocidade de ventos visando a diminuição da umidade.

41 A escolha de espécies arbóreas em projetos de paisagismo constitui-se em etapa decisiva para seu sucesso. Entre as questões a serem consideradas nesta etapa, é correto afirmar:

- (A) Considerar os benefícios futuros das árvores no que se refere ao formato e tamanho da copa quando em estágio de crescimento, uma vez que as covas são dimensionadas em função do espaço de entorno a ser ocupado quando adultas.
- (B) Investigar o tipo de solo e a quantidade de luz solar incidente nas raízes visando garantir que seu crescimento impedirá, no futuro, o funcionamento de redes subterrâneas de infraestrutura.
- (C) Utilizar espécies com copas maiores para a criação de ponto focal no projeto de paisagismo e conjugação com arbustos para uma composição sem destaque de uma espécie em detrimento de outra.
- (D) Estabelecer rotinas que incluam o plantio e replantio de árvores adultas com periodicidade definida pela distância entre covas do projeto de paisagismo.
- (E) Estabelecer integração entre árvores com copas abertas e conjuntos de espécies arbustivas para reduzir a sobreposição das primeiras, causando sombreamento nocivo aos segundos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 4.2 Quanto ao projeto básico de obras de engenharia de acordo com a Lei nº 8666/1993, a execução de obras de grande vulto, cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o valor de serviços de engenharia na modalidade de licitação concorrência com valores acima de R\$ 1.500.000,00, é correto afirmar:
- (A) O projeto básico, por ser uma caracterização inicial no caso de projetos de arquitetura, não exige a inclusão de indicação do tratamento adequado do impacto ambiental.
 - (B) O projeto básico conterá nível de precisão que permita a obra ou serviço objeto de licitação para execução direta ou indireta.
 - (C) O projeto básico trará informações que sejam suficientes para a dedução de métodos construtivos sem a indicação de instalações provisórias necessárias para a execução da obra.
 - (D) O projeto básico conterá a indicação para maximizar reformulações necessárias ao desenvolvimento do projeto executivo após a realização do processo licitatório.
 - (E) O projeto básico mostrará, por meio de desenhos e memoriais, as soluções técnicas globais, devendo as soluções técnicas localizadas estar no projeto executivo a ser desenvolvido após a licitação.
- 4.3 Considerando que a ocorrência de enchentes na área urbanizada de uma cidade deve ser evitada, assinale a alternativa que corresponde aos fatores que devem ser considerados na gestão do uso do solo urbano.
- I A altura de inundação é recorrente em áreas já urbanizadas, independentemente das condições da topografia local;
 - II O impacto a ser gerado pelas condições de permeabilidade do solo na área de influência do empreendimento;
 - III A porcentagem de área permeável a ser reservada e preservada em cada lote urbano em relação à sua área total, conforme exigência da legislação urbanística municipal aplicável à cada zona;
 - IV As condições de escoamento superficial resultante da extensão das porções urbanizadas e desmatadas independentemente da sua relação com as características do solo e subsolo;
 - V A preservação da rede de águas superficiais, através da manutenção de áreas permeáveis nas áreas de inundação de rios e córregos.
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e V.
- 4.4 Os princípios e procedimentos para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais de valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes e futuras estão estabelecidos na Carta de Burra, elaborada em 1980 como resultado do encontro internacional promovido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS. Sobre a restauração, é verdadeiro afirmar:
- (A) A restauração deve se basear nos elementos centrais de significação cultural do bem e buscar eliminar as interferências ou descaracterizações de outras épocas.
 - (B) A restauração deve se limitar à colocação de elementos a completar a identidade do bem e não deve significar a construção da maior parte da substância do bem.
 - (C) A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem.
 - (D) A restauração de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado no plano das escalas, das cores, da textura, dos materiais etc.
 - (E) A restauração não deve implicar na reposição de elementos desmembrados do bem, uma vez que essa ação pode gerar a descaracterização da significação cultural do bem.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

45 As cartas patrimoniais são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível se obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral, possuindo, portanto, caráter indicativo, ou, no máximo, prescritivo. Sobre as cartas patrimoniais, é correto afirmar:

- I Uma carta, com seu caráter indicativo e prescritivo, difere de resoluções e declarações de simpósios do próprio ICOMOS, que têm por intuito apresentar o estado da arte de uma dada discussão e oferecer subsídios ao debate.
- II Segundo a Carta de Veneza, recomenda-se que a restauração deve, inicialmente, ser pensada com a utilização de novas técnicas, e, somente com a impossibilidade de sua adoção, recomenda-se a vinculação de técnicas tradicionais.
- III Na visão de restauro como enunciada a partir de finais dos oitocentos e reiterada na Carta de Veneza, não se “volta” a estado algum anterior; “vai-se” em direção a uma renovada conformação que respeita as fases anteriores e as próprias marcas da passagem do tempo.
- IV As cartas relacionadas à preservação são um esforço de apresentar princípios, de modo a delimitar a conduta dos profissionais da área.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas:

- (A) Somente I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) Somente II e III.

46 Considerando os parâmetros de desenho universal, analise as sentenças abaixo e identifique a alternativa correta.

- I Quando rotas acessíveis, rampas, terraços, caminhos elevados ou plataformas sem vedações laterais forem delimitados em um ou ambos os lados por superfície que se incline para baixo com desnível superior a 0,60 m, deve ser prevista a instalação de corrimão.
- II A altura do assento do local para o qual for feita a transferência de cadeirantes deve ser mais baixa que o assento da cadeira de rodas. Nos locais de transferência, devem ser instaladas barras de apoio.
- III Os corrimãos de escadas fixas e rampas devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), e ser instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão. Na parede, a sinalização deve ser visual e, opcionalmente, tátil.
- IV Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados.

- (A) todas estão corretas.
- (B) Somente II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente II e III estão corretas.
- (D) Somente III e IV estão corretas.
- (E) Somente I, III e IV estão corretas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 47 O conceito de desenho universal tem como pressupostos a equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários. Para projetos arquitetônicos de uso público ou coletivo, é correto afirmar.
- (A) Em espaços de uso público ou uso coletivo que apresentem unidades autônomas de comércio ou serviços, deve ser previsto, no mínimo, um sanitário acessível para cada sexo por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar.
 - (B) Quando houver mais de um sanitário acessível, recomenda-se que as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio sejam posicionadas de forma simétrica, para atender a uma gama maior de necessidades das pessoas com deficiência.
 - (C) Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até três pavimentos e área construída de no máximo 150 m² por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento.
 - (D) Banheiros e vestiários devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.
 - (E) Para locais de prática esportiva, terapêutica e demais usos nos quais os vestiários acessíveis excedentes sejam instalados nos banheiros coletivos, recomenda-se que as peças acessíveis, como chuveiros, bacias sanitárias, lavatórios e bancos, estejam separados dos demais, próximos as rotas acessíveis.
- 48 O ambiente de trabalho interfere no comportamento do sujeito enquanto trabalhador, produzindo consequências no sistema de produção, em termos de quantidade e qualidade, e interfere no comportamento do sujeito enquanto indivíduo. Para a organização e a adaptação das condições de trabalho para os trabalhadores, é correto afirmar:
- I Em relação ao projeto ergonômico de mobiliário e do ambiente físico, é importante que todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho estejam adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.
 - II Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem ter requisitos mínimos de conforto como altura correspondente à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida e encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.
 - III Em todos os locais de trabalho deve haver iluminação adequada, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade, de modo que a iluminação geral deve ser uniformemente distribuída e direcionada para os postos de trabalho.
 - IV Para trabalho manual sentado ou em pé, as bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação e devem ter características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentação adequados dos segmentos corporais.
- (A) Todas estão corretas.
 - (B) Somente I e II estão corretas.
 - (C) Somente I e IV estão corretas.
 - (D) Somente II, III e IV estão corretas.
 - (E) Somente III e IV estão corretas.

49 Como parte do projeto arquitetônico e urbanístico, são elementos fundamentais do projeto de comunicação visual

- I Os elementos do projeto de comunicação visual devem apresentar clareza de identificação, noções de solidez e contribuir para a organização e segurança do espaço projetado.
- II O projeto de comunicação visual deve apresentar viabilidade técnico-econômica e flexibilidade, permitindo a adequação às necessidades de expansão e/ou remanejamento do espaço físico projetado.
- III Os elementos do projeto de comunicação visual devem apresentar originalidade, resultando na singularidade de cada elemento de comunicação a ser utilizado.
- IV Os elementos básicos do projeto de comunicação visual incluem escala de cores, pictograma, letras e números.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas:

- (A) Somente I, II e III estão corretas.
- (B) Somente I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente III e IV estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

50 A integração entre projetos de arquitetura, de estrutura e complementares vem sendo considerada uma das mais importantes áreas que necessitam de estudos para melhorias na qualidade da edificação. Nesse sentido, Almeida (2016) sugere que:

Na Construção Civil Brasileira, a concentração maior de esforços ainda permanece na obra, apesar de hoje existirem diversas plataformas tecnológicas na área da informática que visam à facilitação de contato entre as disciplinas. Na cultura da construção civil, ainda é uma barreira adaptar as inovações tecnológicas no dia a dia, utilizá-las de forma correta e carregar o conceito de Compatibilização de Projetos desde o início da concepção do projeto. Procurando antecipar a solução de interferências de modo a evitá-las durante a execução da obra, a compatibilização de projetos é uma forma de analisar os diversos projetos, de maneira a permitir a integração das soluções adotadas para os diversos subsistemas. A compatibilização de projetos tem por função principal a integração das soluções adotadas no projeto arquitetônico e nos demais projetos complementares (Topografia, Arquitetura, Estruturas, Instalações hidrossanitárias e elétricas, Ar Condicionado, Luminotécnica e Paisagismo). (Almeida, J. Integração de Projetos na Fase de Engenharia).

Disponível em http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1993. (Adaptado).

Sobre os requisitos para a integração de projetos, é correto afirmar:

- (A) É fundamental existir uma coordenação que lidere a inclusão de prazos para a realização de ajuste, comunicações e adaptação em um cronograma dissociado das etapas de integração do projeto, o que evita erros e aumentos nos custos do empreendimento.
- (B) O controle integrado de mudanças nos projetos, por serem frequentes, deve alterar a integridade das medidas básicas de desempenho, assegurando maior qualidade do projeto.
- (C) Em grande medida a integração entre os projetos deve-se a comunicação entre os envolvidos, principalmente em função da necessidade de definição de prazos a partir da geração, classificação, registro e troca de informações.
- (D) O gerente de projetos tem a função de agente fomentador não apenas da interação e cooperação entre todos os agentes envolvidos no processo de projeto, mas também do bom resultado do processo e das soluções adotadas, tendo como competência requerida o controle parcial da contratação de projetistas e os prazos de execução.
- (E) A utilização da tecnologia da Informação (TI) no setor da construção civil é semelhante em todo o mundo, tendo o uso das tecnologias Computer Aided Design (CAD) e softwares para cálculo um papel restrito no gerenciamento de projetos.